

# COLABORAÇÃO

## A economia nordestina e as obras contra as sêcas

MONTE ARRAES

A ÁREA econômica compreendida no denominado polígono das sêcas, constitui, se encarada do ponto de vista da economia nacional, um perímetro de feição excepcional. Muito embora a unidade de sua estrutura geográfica, não é pois possível, no que toca à exploração agropecuária, admitir qualquer identidade com as demais regiões do país.

O regime meteorológico, o meio geológico e topográfico a tornam acentuadamente diversa das suas congêneres, quanto ao processo de produzir e fazer circular os produtos das suas fontes econômicas. Mesmo sob o aspecto intrínseco, o território do Nordeste brasileiro, sujeito à ausência de invernos, não oferece, em suas divisões e subdivisões, uma uniformidade geral.

Ninguém poderá considerar as condições de produção pertinentes à Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, como idênticas, por exemplo, às das unidades territoriais correspondentes aos estados da Paraíba, Ceará ou Rio Grande do Norte. Maranhão e Piauí, tanto pelo regime decorrente de estações invernosas mais prolongadas e mais regulares, quanto pelo caráter da sua flora e constituição do solo, se distanciam profundamente das regiões de caatingas, próprias dos sertões Rio-grandenses, Paraibanos ou Cearenses, relativamente à sua capacidade de produzir utilidades.

Se, pelo uso de um só idioma, pela identidade das tradições político-administrativas, ou pela fisionomia cristã dos hábitos e costumes, todo amplo *hinterland* daquela parte do país apresenta um aspecto social quase semelhante, no que toca às relações nascidas do esforço individual e coletivo, para organização do seu padrão de vida, essencialmente econômico, ao contrário, as condições do meio, de métodos de ação, de poder produtivo e das próprias comunicações, muito o diferenciam.

Regiões de criar, regiões de lavoura, ou regiões mistas, de criar e lavrar, como largas zonas de completa improdutividade e de variadas modalidades topográficas, se revestem, algumas delas, de características típicas, inconfundíveis com as de suas similares.

Não são êstes, entretanto, os traços que mais destacam a economia nordestina, como antinômica à de tôdas as outras regiões nacionais. O que, em escala amplíssima, a distancia e diversifica

das demais, é o fenômeno meteorológico da irregularidade do seu regime pluvial. Esse fenômeno é que deverá ser considerado o fator central dominante de tôdas as atividades da população do Nordeste.

Nem um só dos fatores da produção, da vida do trabalho, da organização econômica, ou mesmo da vida social inteira, escapa à sua profunda influência. Ele condiciona, ali, não só o meio físico, mas biológico, em tôda a extensão da vida comunitária.

Afora a riqueza puramente mineral, que só indiretamente é influenciada, tôdas as outras formas de manifestação do meio físico, animal, ou humano, são por êle diretamente afetadas. Daí resultar que, na totalidade das suas forças produtivas, no conjunto geral das suas manifestações, a economia do Nordeste seja no seu ritmo de ação construtiva, uma economia tipicamente descontínua e, conseqüentemente, instável, quanto ao próprio equilíbrio do padrão de vida econômico-social, que dela decorre.

Um arguto observador examinando, no passado, o alcance desta descontinuidade ou desta instabilidade da produção, ao referir-se ao Nordeste, dizia que, do ponto de vista da escassez e da abundância, alternadas entre si, por ciclos sucessivos, o Ceará era, tipicamente, a espinha dorsal do sistema. Estonteado diante da realidade, acentuava êle, então: — "Ceará, Ceará, terra da fartura e da miséria!!!" Realmente, a frase exclamativa, embora por essência, incompleta, objetivava, nitidamente, a verdadeira fisionomia do viver cearense!

Ali, ninguém é pobre, nem rico. Quase tôda a população participa de um só e único destino: — o de ser pobre hoje, para ser rico amanhã. E, por uma nova fatalidade cíclica, retornar à miséria, à pobreza desvalida e desajudada, nos dias que se seguem. A vida inteira, é sempre necessário repetir, como um lugar comum, mas insuperável, gira, no seu curso descontínuo, seccionado e vário, em tórno do fenômeno meteorológico predominante — o da ausência ou da presença de inverno.

Aliás, no Nordeste, encarado como representando a estação invernosas o período da queda das chuvas, e a de verão, o da ausência destas, o fator temperatura, em contradição com o meteorológico,

é contínuo e uniforme. Há sempre calor, ainda que mais ou menos temperado e atenuado pelas correntes aéreas de origem oceânica.

A natureza do solo, porém, caracterizada pelos campos rasos, pelas extensas crostas, pontilhadas de excrescências orográficas, sôltas, ou melhor dizendo, não articuladas a qualquer sistema de montanhas de caráter mais extenso, recobertas por matarias rarefeitas e raquíticas, ressequidas no verão e revestidas de intensa folhagem no inverno, imprime ao meio cósmico a mesma instabilidade pertinente ao fato meteorológico. Como os sertões dêste tipo constituem, mais ou menos, oitenta por cento do território estadual, o que é fundamental na economia do Ceará é, exatamente, a riqueza oriunda da criação das diferentes espécies bovinas ou equinas, completadas pelas constitutivas dos rebanhos caprinos e porcinos.

Quase tudo que daí não proceda, terá que vir da outra fonte principal, que é a proveniente do cultivo agrícola, representado, sobretudo, pela lavoura de cereais, como o milho, o feijão e o arroz. O plantio do algodão serve de complemento ao esforço agrícola acima declinado.

São o aproveitamento de certas riquezas nativas, como a carnaúba, a oiticica, e a exploração, em zonas restritas, da cultura da cana de açúcar e do fumo, ou ainda a que resulta do fraco afloramento do meio mineral que, como fontes acessórias, preenchem o quadro da produção constitutiva do patrimônio já organizado de âmbito Estadual.

Fácil é deduzir, da simples descrição que aí fica, como é acentuada a predominância dos elementos vegetais e animais no desenvolvimento da riqueza do Estado e, como, conseqüentemente, o fenômeno da ausência ou da presença das chuvas, é decisivo para possibilitar a sua maior ou menor sobrevivência. Daí, o alcance lógico, que deve ser atribuído ao conceito de que, na terra de Iracema, o contraste entre a miséria e a abundância deva constituir tema fundamental para todos os assuntos pertinentes ao seu equilíbrio econômico.

A muitos dos que observam, de modo perfunctório e, portanto, à revelia de dados realísticos, os efeitos das sêcas sôbre o território do Ceará, o fenômeno, em vez de apresentar-se através da alternativa apontada e das duas faces distintas que o caracterizam, de abundância e escassez sucessivas, é, ao contrário, visto, unicamente, por um dos seus aspectos — o da miséria generalizada. Por isto é que, em muitos círculos da opinião do país, se incorre, desde muito, no êrro de admitir que a pobreza nordestina se traduz como uma situação imodificável e de ininterrupta calamidade.

Dêsse aspecto, a afirmação de insuficiência econômica do Nordeste é, indiscutivelmente, falsa. O que é verdadeiro, é o critério mitigado de que sua economia nem pode ser apontada como produto de uma riqueza consolidada e vigorosa, nem, muito menos, de uma pobreza irremediável e sistemática. A vida ali, como já ficou dito, é cíclica, e, nos diferentes períodos do tempo, se projeta em dois sentidos antitéticos, ora conduzindo a uma

prosperidade, embora rudimentar, ora a um empobrecimento violento e quase exterminador.

A compreensão desta alternativa impõe, como uma preliminar necessária, a quem quer que planeje qualquer intervenção econômica no âmbito da produção nordestina, o critério de que, tôda a ação humana ali, há de assentar seu esforço, antes de tudo, no propósito permanente de corrigir a instabilidade apontada.

Esta orientação, como tudo evidencia, deve enquadrar-se numa política destinada a elevar ao maior nível de estabilidade e amplitude possíveis, tôdas as fontes econômicas que possam ser subvertidas pela ação dos fatores naturais, ou pela ignorância e imprevisão humanas. Sômente por um cotejo estatístico, que permita avaliar, com exatidão, qual a produção rural nas fases de chuvas abundantes, e qual a mesma produção nas fases de escassez absoluta ou relativa, é possível, sem as vacilações e incertezas emanadas de previsões puramente empíricas, determinar a verdadeira curva da instabilidade da riqueza cearense, verificada em determinada unidade de tempo.

Nem a produção defluente da lavoura, nem a derivada da pecuária que, somadas, representam, pelo menos, oitenta por cento do volume total da produção regional, deixam de sofrer, no período de um decênio, oscilações capazes de dar amplamente ao observador, ora a impressão de um rápido desenvolvimento daqueles fatores da riqueza, ora a de um declive aniquilador da sua evolução normal.

Na economia mineira, ou gaucha, um rebanho de bovinos, por exemplo, representa, dentro das previsões de futuro, um patrimônio que, na sucessão de várias gerações, assegura, fatalmente, uma permanente reserva pecuniária. Do mesmo modo, qualquer plantio da lavoura paulista, ou mineira, pode também ser considerado, dentro das previsões dos orçamentos públicos, ou privados, como valores permanentes destinados a avolumar, progressivamente, a riqueza pública, ou privada.

A mesma coisa, no entanto, não é possível afirmar, nem dos rebanhos Nordestinos que, de nutridos e saudáveis nos anos invernosos, passam a famélicos e esqueléticos, nos de profunda irregularidade meteorológica, nem das suas lavouras que, de florescentes e exuberantes, em certos períodos do ano, podem, no ciclo final do mesmo, na hipótese da suspensão das chuvas, ficar reduzidos a simples espectros.

E' comum, em certas regiões do Ceará, para só a êste Estado nos referirmos, ver-se um indivíduo, uma família, ou um grupo comunitário, ostentando hoje volumosos recursos e meios de fortuna, dois ou três anos depois, ao se esgotarem tôdas as suas reservas, serem forçados a recorrer aos extremos da emigração, ou do recolhimento aos chamados campos de concentração, em busca de salvação.

Isto importa em que, dispondo de uma previsão quase certa para avaliação de sua safra futura se um lavrador, ou pecuarista, do sul do país, se di-

rige a um Banco, a fim de pleitear a concessão de um empréstimo, tal estabelecimento tem a confiança de que a operação, dentro das possibilidades normais da vida do tomador, inspira a melhor probabilidade de êxito, e, por isso, não vacilará em deferi-la.

Ao revés disto, se um produtor nordestino, de espécies idênticas, apela para o mesmo expediente, a fim de antecipar a conversão, em dinheiro, das suas utilidades, qualquer Banco a que se dirija, logo hesita em aderir à operação, dado que, seja qual fôr o rebanho de animais, ou a extensão da lavoura possuída pelo tomador, a superveniência de um ano sêco, bem pode tudo aniquilar.

Daí, o crédito cearense, como fenômeno acessório que é, estar sujeito aos mesmos contratemplos que anormalizam a vida da sua produção. Isto posto, ressalta que, todos os expedientes que visam favorecer a riqueza cearense devem orientar-se por métodos integralmente diversos daqueles que vigoram nos demais centros de produção nacional.

Há quem pense que o soerguimento do nível econômico daquela unidade federativa, como sucede no de muitas outras, possa decorrer, exclusivamente, do incentivo que se venha a dar ao crescimento dos seus rebanhos, ou aos vários tipos de cultura, inerentes à sua lavoura. Isto que pode ser verdadeiro, se encararmos o fenômeno de certos ângulos, é falso, contudo, se o contemplarmos por muitos outros dos seus inúmeros prismas.

Nada adianta, por exemplo, aumentar, em fase propícia, um rebanho, digamos, de 3 para 6 milhões de bovinos, se, concomitantemente, não forem, também, tomadas as medidas para sua defesa e conservação nas fases adversas.

Nenhum alcance teria, atualmente, a ampliação desta ou de outra qualquer espécie de riqueza, se, por uma intervenção simultânea no comportamento das massas populares, os órgãos de direção social não as compelissem a realizar uma reserva dos bens produzidos, para com ela se garantirem nos períodos de estancamento das fontes de produção.

Se, por tôda a parte, para incentivar a prosperidade, basta que se entregue a riqueza ao livre jôgo da circulação e do consumo, no Nordeste tal expediente não é, por si só, de modo algum, bastante para corrigir a instabilidade nascida, ora das anormalidades naturais, ora do espírito de dissipação e imprevidências próprio das suas massas populares. Eis porque insistimos em que os métodos adotados para operar em outros setores da vida nacional, por si só, não sejam suficientes para corrigir as alternativas que, no Ceará, defluem, quer do meio físico, quer da conduta das camadas humanas.

Atendendo às condições especiais da vida climática, o problema do incentivo à riqueza, seja qual fôr a direção que assuma, terá de apoiar-se, ali, em dois ângulos preliminares: — um, relativo ao meio físico, e o outro, ao homem.

No tocante ao primeiro, tôda a ação empreendida para afeiçoá-lo às necessidades gerais, deve

encará-lo, antes de tudo, através da instabilidade resultante da variação de sua umidade. No que respeita ao elemento humano, a circunstância da irregularidade climática impõe que tôda sua formação se acomode aos processos educacionais impostos pela situação diferenciada do seu meio ambiente.

Em face das considerações expressas, é lícito afirmar que o problema nordestino, ou, no nosso caso, o cearense, sem deixar de alcançar o meio cósmico, é, sobretudo, um problema de educação econômica, social e técnica. As próprias deficiências de sua natureza obrigam o homem a uma série de orientações inteiramente diversas daquelas a que, nas outras regiões, se tem normalmente recorrido, para orientar, útilmente, o trabalho nacional.

Não obstante isto, não é possível dizer que a totalidade da evolução social nordestina tenha, desde o seu início, atendido deliberadamente ao propósito de proteger sua população contra as catastróficas emergências criadas pela freqüente eventualidade da ausência das chuvas.

A começar pelo povoamento, pode-se argüir, procedentemente, que, de acôrdo com as naturais despreocupações dos primitivos conquistadores, verificou-se êle de maneira a mais irracional. Para nos capacitarmos disto, basta ter em conta o desinterêsse que as nossas primeiras levas de catequistas revelaram pelas regiões de maior altitude, justamente as mais favorecidas e ricas, e a preferência com que se fixavam nas depressões formadas ao longo dos rios que lhes serviam de caminho, que eram, exatamente, as mais desfavorecidas.

Capistrano de Abreu, com a profundidade de visão que lhe foi peculiar, examinando a forma por que se processou a penetração do nosso *hinterland*, frisa o fato de haver-se a mesma verificado, quase exclusivamente por estas vias de distribuição dos elementos humanos por todo o interior do país.

E êste ponto de vista é plenamente aceitável, de vez que, se a densidade das florestas que circundavam as grandes cordilheiras, tornavam quase impraticável a sua transposição, outro tanto não sucedia com as vias adjacentes aos rios que deslisavam pelas planícies, as quais, pelas facilidades que ofereciam, deviam induzir os primeiros civilizados a que seguissem, obedecendo mesmo à lei do menor esforço, de preferência, a linha dos cursos fluviais. Por êsse modo não só logravam êles evitar necessidade da abertura de picadas através das matas, como a escalada das montanhas que, além de fatigantes, pela lentidão que impunham à marcha, eram perigosas, pelos constantes assaltos da população indígena.

Êste fato inicial, a que se veio unir uma série de outros não menos prejudiciais, é que mais concorreu para agravar, no meio nordestino, a precariedade já decorrente das próprias leis naturais. Acumulando desacertos e deficiências, criou êle o aspecto da vida que, ainda nos tempos

contemporâneos, continua a gerar anomalias que, antes de tudo, um esforço de reconstituição geral, deve extirpar.

Desta consideração primordial decorre a nossa tese de que, deva figurar como constituindo a definição mais geral da economia cearense, a da instabilidade que alarma o seu próprio povo e o espírito de tódia a nacionalidade.

Mas, a esta altura, já se impõe, precisemos, a direção a ser imposta às múltiplas atividades que ali se devem desenvolver pelo impulso do poder reconstrutivo do homem para, através de processos adequados, atingir o objetivo de suprir, pelo esforço racional, o que a natureza negou, ou a incompreensão dos nossos maiores veio, cada vez mais, agravar, tornando o que já de si era tão difícil, em quase irremediável.

E' evidente que as sucessivas crises climáticas, decorrentes da suspensão das chuvas, acabaram por arrancar o governo brasileiro da sua antiga inércia e indiferença por um problema que, como o das sêcas, interessava, de um modo imediato, a não menos de oito unidades políticas da Federação, e, de modo mediato, ao conjunto de forças integrantes de tódia união federal.

As Obras Contra as Sêcas, como um plano de ação partido do Poder Público, no sentido da realização de um procedimento intervencionista no âmbito da área semi-árida foi, na história administrativa do país, o primeiro passo dado como uma tentativa de largo fôlego para a solução de tão grave assunto.

O acêrto de uma política tão generosa não pode sofrer discussão procedente, pois numa situação de instabilidade como a descrita e de desnível dela resultante, através de uma seqüência de alternativas incessantes, o único recurso a tentar seria, e será, mesmo, o de uma permanente política intervencionista, pela qual a recomposição física, social e econômica, viesse propiciar aos núcleos flagelados, maior probabilidade de passarem, pouco a pouco, do estado de economia descontinuada que os aflige, a um maior grau de continuidade, estabilidade e padronização econômico-financeira.

Sucedem, no entanto, que, apesar de não dever ser apontada como inteiramente ineficiente a ação do Poder Público Federal, promovendo, sistematicamente, a construção de açudes, perfuração de poços, construção de rodovias tendentes a minorar o estado de coisas dominantes, a verdade, contudo, é que já decorrem mais de 40 anos, desde o ano de 1909, quando se organizou a primeira Caixa de Socorro dos Flagelados das Sêcas, do M.V.O.P., e, apesar de, em dois momentos diversos, se terem tornado culminantes os esforços de reabilitação, (no governo de Epitácio Pessoa e em fase inicial do de Getúlio Vargas) nem por isso se pode dizer que, passados mais de dois decênios, tivesse o meio nordestino caminhado para uma plena normalização. Ao contrário, com-

parativamente, sob muitos aspectos, a sua pobreza tornou-se, hoje, em alguns domínios, cada vez mais acentuada.

E' indiscutível que, para imprimir uma direção mais racionalizada ao problema, torna-se imprescindível dividir a ação intervencionista em duas direções inteiramente diversas: — uma relativa às medidas de emergência, nos tempos críticos — economia de repressão —, e outra, referente a medidas mais definitivas e permanentes, nas fases de retôrno à normalidade climática — economia de previsão.

De um estudo estatístico comparado, entre a produção das várias regiões do Estado, destinadas à produção pecuária, ou agrícola, estudo que se realizasse pelo confronto dos dados colhidos num período mínimo, pelo menos de 50 anos, evidenciar-se-ia, fatalmente, que as grandes obras empreendidas pelo Governo Federal, nos vários setores da área semi-árida, não lograram, sequer, até hoje, modificar, em larga escala, a sua fisionomia econômica dos tempos progressos.

Em tódia a vastidão das zonas centrais das caatingas, ou das que lhe são periféricas, a estrutura do organismo econômico não sofreu, senão, modificações insignificantes, sem maior intensidade e distensão, assim mesmo circunscritos a determinados círculos locais. Justamente êste caráter de economia rudimentar é que não lhe permite, em coordenação mais ampla, projetar-se até o campo dos interesses interestaduais, ou, mesmo, intermunicipais, articulando uns aos outros, os núcleos de maior produtividade e densidade demográfica.

Seria, entretanto, o desenvolvimento desta política de profícua interdependência, ensejando a individualização de determinados rincões, como produtores preferenciais de certos tipos de utilidade, que viria, igualmente, proporcionar oportunidade para, pelo aperfeiçoamento técnico de cada ramo do trabalho rural, avolumar a produção das diferentes unidades federativas, de modo que, por um regime de compensação indispensável, facilitadas as comunicações, e estabelecido o princípio de reciprocidade, se pudessem abastecer mutuamente.

Acresce, ainda, que, só através de esforço semelhante, é que poderia o povo nordestino transitar do regime de economia puramente localista, em que ainda permanece, para um outro de caráter mais extenso, fôsse interestadual, ou mesmo nacional. Isto feito, ter-se-ia, por outro lado, alcançado o principal alvo visado pelas obras em andamento, que não pode ser, senão, o de dar maiores garantias às colheitas, e maiores facilidades à circulação dos produtos, a fim de poder atingir, pelo aumento das reservas agropecuárias, a um período de maior amplitude e estabilidade no terreno da abundância.

A circunstância de jamais haver alcançado esta essencial etapa de sua marcha para um largo crescimento, é que justamente explica que a economia cearense, como a dos outros estados regionais, permaneça, invariavelmente, dentro do trágico pauperismo financeiro em que a ausência quase absoluta de capital e de crédito inibe qualquer desenvolvimento de maior vulto, quer no terreno pròpriamente agrário, quer no pecuário, ou no das indústrias vinculadas a um outro desses dois gêneros de atividade.

A história da economia de qualquer povo, na sua estrutura e ritmo, como bem assinala ERNST WAGEMANN, no capítulo VI, e seguintes da sua notável obra — *Estrutura y ritmo de la economia mundial* — depende, sobretudo, das oscilações das suas colheitas. Enquanto, pois, não cessarem, no Nordeste, as alternativas que instabilizam sua produção, alternativas decorrentes de fatos inerentes, ora ao comportamento da própria natureza, ora à desorientação predominante no seio do povo, o estado de plebeísmo que ali domina nas relações, em geral, jamais cessará.

Urge, para conjugar êste clima social, crônicamente negativo, da evolução política e econômica do Nordeste, sobretudo, inverter, por uma corajosa e consciente revolução, os processos empíricos a que, até hoje, se tem recorrido para salvaguardar o precário destino daquela parte da população nacional.

Impõe-se, assim, que, suplantando os preconceitos e dominando decisivamente o espírito rotineiro, não do povo, mas dos que se dizem seus orientadores, se rompam com as práticas tradicionais inerentes à conduta da população, quanto à forma de dispor dos produtos que constituem a base da sua própria manutenção. Faz-se mister que, onde domine a ignorância, que contrapõe aos métodos científicos a observação vulgar, se institua um novo regime, apoiado nos princípios oriundos das leis que regem, universalmente, a vida econômica.

De quanto dissemos ressalta, implicitamente que, qualquer movimento de oportuna solidariedade, por parte das fôrças humanas, se estabeleça, também, através de larga previsão da ação a desenvolver, a qualidade e a quantidade das medidas a adotar, sejam elas de caráter eventual, ou definitivo, desde que se destinem à recuperação da potencialidade econômica em deficit de produção.

E' óbvio que, ao encarecer um planejamento para as atividades reconstitutivas do Nordeste, não queremos afirmar, com isto, que tudo que ali até hoje se realizou, principalmente por intermédio dos poderes Estadual e Federal, não tenha obedecido a um prévio esquema de orientação. Ninguém, por exemplo, negará que, na sua sistematização de conjunto, tenham os trabalhos das Obras Contra as Sêcas obedecido a um prévio planejamento, embora que, do ponto de vista do conhecimento físico do meio, e, sobretudo, do so-

cial, se procedesse ao mesmo, muitas vêzes, à revelia de dados essenciais.

No que respeita à parte técnica, como construções de barragens, de estradas de ferro, de rodovias, ou perfuração de poços, e remodelação de portos, sabemos não só que os esforços desenvolvidos desde que surgiram se enquadraram num sistema de ação prèviamente esboçado, como ainda que, não obstante isto, numerosas vêzes, a imprecisão dos projetos primitivos impôs, no decorrer da construção das obras em andamento, freqüentes retificações, destinadas a evitar colapsos e desastres desmoralizadores.

O abandono, no comêço do govêrno Artur Bernardes (1922-1926) da construção dos grandes açudes, que constituíam o maior objetivo a ser demandado pela ação pública, com a conseqüente destruição de grande quantidade de material acumulado, e relegação dos próprios serviços de construções preliminares, como instalação de vilas operárias, casas de fôrça, etc., comprova a gravidade das lacunas, quer de ordem material, quer de ordem humana, existentes nos projetos iniciais.

Pela magnitude do seu alcance social, é incontestável que, no sentido da sua ação econômica, como das conseqüências sôbre o meio social, os trabalhos concernentes às Obras Contra as Sêcas foram, ao menos em relação ao nordeste, os de maior vulto jamais empreendidos pela ação particular, ou pública, em favor da recomposição sócio-econômica da nacionalidade.

Se, a despeito disto, nêles se denunciaram falhas de repercussões tão graves, o que se pode esperar quanto aos de menor importância ou até de mínimo alcance, e que, por isso mesmo são, muita vez, delineados sem o prévio conhecimento do meio, sem os conselhos da observação e da experiência e, pior do que isso, não raro, sem o amparo da técnica das estatísticas aplicadas ao âmbito das atividades econômicas?!

Um planejamento, visando à economia nordestina, para não ser puramente inócua tem, a nosso ver, que fugir, antes de tudo, à contingência desta tradição nacional de falsa definição da realidade. Se a finalidade de tôda ação beneficiadora tem, preferencialmente, de visar a melhoria do meio físico, ministrando umidade artificial, de acôrdo com a variação constante, decorrente do acréscimo ou do decréscimo do nível pluviométrico, o que importa em retenção, por intermédio de barragens, da maior quantidade de líquido possível, êste desiderato apresentar-se-ia como inapto aos seus fins, se a ação sôbre o meio cósmico não fôsse igualmente secundada por outra, tendente a dotar o homem de um espírito de previsão capaz de conduzi-lo a uma vida de maior prudência e sobriedade, na utilização dos recursos que lhe possam advir do aumento de produção, resultante dos melhoramentos realizados.

Em face desta lição da experiência, um quadro sinótico em que sejam contempladas as linhas mais gerais de um plano de recomposição física

e humana das regiões nordestinas, deveria apresentar, no mínimo, os requisitos seguintes:

Tipos de açudes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grandes</li> <li>Médios</li> <li>Pequenos</li> </ul>
Fatores preferenciais para localização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior densidade de população</li> <li>Fertilidade do solo</li> <li>Facilidade de escoamento para a produção</li> <li>Amplitude das zonas irrigáveis</li> <li>Meio favorável à variedade das culturas</li> </ul>
A energia humana e o seu maior aproveitamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pré-determinação da capacidade profissional de cada trabalhador</li> <li>Introdução e alargamento da cultura mecanizada</li> <li>Correlação entre a capacidade especial de cada um e a natureza da produção da zona a que seja destinado</li> <li>Preparação psicológica, quer do trabalhador, quer do consumidor, no sentido da utilização racional dos produtos</li> <li>Medidas de incentivo à produção consubstanciadas, sobretudo, em um amplo programa de assistência técnica e financiamento da produção</li> </ul>

O preestabelecimento desses índices viria, de certo, evitar erros, como os que já se verificaram, decorrentes, por exemplo, do lançamento de barragens em lugares impróprios, pela ausência de bases até para o apoio das fundações, ou incapazes de resultados eficientes por outros motivos, como os de ausência de bacias irrigáveis, excessiva fluidez da população, ou, ainda, pela ocorrência de obstáculos opostos ao bom aproveitamento dos produtos, como ao da distribuição e a irradiação dos benefícios verificados.

Ao lado desses planejamentos relativos ao meio inorgânico, ou ao humano, seria, também, imprescindível, como medidas complementares mais insupríveis, a formação de planos atinentes à recomposição do meio vegetal e animal, ou seja, indicativos das medidas concernentes ao reflorestamento e ao crescimento numérico e qualitativo dos rebanhos bovinos e equinos.

Este programa teria de se completar com a designação das medidas a serem postas em prática, tendentes à renovação mental e social das chamadas elites e das massas populares, tendo em vista o abandono de preconceitos regressivos, de hábitos negativistas, de práticas obsoletas e de usos antieconômicos. Premuni-las de uma nova capacidade e de um novo espírito para interpretar e desenvolver, no sentido dos mais altos interesses humanos e sociais, os resultados recolhidos em todos os setores das atividades encetadas, seria, neste particular, o fim a ser demandado.

Deste último aspecto é claro que um plano bem formulado teria que encarar a proteção ao

homem, através de múltiplas modalidades, entre as quais as que figuram a seguir:

- a) Amparo à maternidade e à infância;
- b) Problema da nutrição, relativamente ao provimento e racionalização;
- c) Ação profilática e higiênica;
- d) Formação moral visando particularmente a eliminação dos usos e práticas nocivas à boa marcha da grandeza social;
- e) Esforço tendente ao desenvolvimento da maior capacidade de orientação de ordem econômica, social e técnica e de sua adaptação a processos mais objetivos e práticos;
- f) Orientação no que toca à adaptação do meio, principalmente na parte referente à forma de localização, à capacidade para a escolha da profissão, conhecimentos essenciais à escolha da terra, do gênero agropecuário preferido e dos instrumentos de trabalho;
- g) Medidas pertinentes ao desenvolvimento do espírito de previsão, no sentido de evitar a persistência de hábitos que enfraqueçam o espírito de cooperação, ou incentivem práticas de dissipação tão comuns entre o povo nordestino;
- h) Estímulo para a implantação de uma orientação psicológica e econômica favorável à formação de reservas destinadas a aumentar o poder de acumulação de cada um;

i) Medidas efetivas e reais que, ao lado de um largo estímulo a uma melhor orientação psicológica e econômica demandem, também, o objetivo de proporcionar, permanentemente, sob forma de crédito rural, um financiamento que, afastando-se do padrão mercantil comum, seja realizado a juros módicos e a longo prazo;

j) Ampla assistência técnica, variável de acordo com as zonas e as exigências peculiares de cada cultura;

k) Medidas, quer facultativas, quer compulsórias, capazes de despertar na alma popular um crescente espírito de previsão contra tôdas as formas de adversidades, que defluam de situações calamitosas.

Faz-se mister esclarecer que o objetivo consubstanciado no último item, pressupõe o estabelecimento de normas que, corrigindo as tendências dissipadoras até agora dominantes nas camadas produtoras e consumidoras e sua insuficiente compreensão, as possa conduzir, progressivamente, ao estabelecimento de um controle realmente eficiente, do qual decorra uma larga reserva das espécies produzidas, nos tempos de abundância, para atender às deficiências que, nas fases da cessação da produção agrícola ou de dizimação dos rebanhos, se venham a verificar.

A esta finalidade de caráter reeducativo, de modo nenhum será possível atingir sem a prévia instituição de órgãos capazes de promover, orientar e controlar, nos limites legais facultados, as atividades relacionadas com o domínio econômico, a fim de evitar a reincidência, parcial ou total, na orientação que se visa suprimir.

Dada sua importância, no quadro das medidas delineadas, não poderiam deixar de ocupar situação preferencial aquelas que demandem compeli os trabalhadores de todos os tipos a adotar um regime de poupança quanto à forma de dispor de suas utilidades de caráter precíval, especialmente das ligadas à produção cereal.

Tudo isto viria importar na necessidade de construir armazéns de expurgo e de silos, de âmbito distrital, municipal e estadual, que servissem de depósitos públicos, para nêles ser compulsoriamente depositada uma certa parcela da produção de ordem alimentícia, produzida por cada grupo familiar.

Um serviço estatístico convenientemente organizado poderia servir para ministrar as bases sôbre que se alicerçassem as medidas destinadas a compeli cada agricultor a recolher aos armazéns referidos, onde deveria permanecer sob a guarda de administradores responsáveis e fiéis, uma pequena percentagem dos gêneros que produzissem, a fim de que, ao advir uma nova crise, generalizadora da fome e da miséria, se pudesse acobertar, por meio de uma distribuição mais adequada contra precariedades extremas.

O alcance dessa iniciativa é de si só tão evidente que dispensa demonstração. Seus efeitos não poderiam deixar de produzir conseqüências do mais alto valor para a segurança, estabilidade e desenvolvimento das regiões flageladas.

Dentre as inúmeras vantagens que lhes deverão ser atribuídas, podem ser declinadas, como das mais propícias, as de, na fase da sêca, ou o que é o mesmo, nas fases de fome coletiva, evitar a elevação excessiva dos preços dos gêneros, em tais momentos, agravados pela ação de intermediários inescrupulosos.

Outro feito de não menor significação seria o de impedir o êxodo das populações para o litoral, ou ainda o seu internamento nos chamados campos de concentração, o que, com o despovoamento do interior, já acarreta, por força da promiscuidade que estabelece, a corrupção moral das populações nêles materialmente favorecidas.

E' por demais sabido como nos tempos de flagelo generalizado, certos indivíduos inescrupulosos, com pleno desprêso pela premência da situação, intervêm nos mercados de gêneros alimentícios para, numa locupletação injustificada, elevar os preços a limites inconcebíveis.

Não são outras, também, senão estas as causas que forçam os governos dos estados afetados pela crise a importar de outros mercados, com ônus incalculáveis, os gêneros essenciais à alimentação de populações a serem atendidas, quando não, a requisitar vapores que, sem qualquer cuidado quanto à preservação de sua integridade física e social, as transporte para regiões remotas e insulares, onde, em regra, são lançadas ao abandono não menos doloroso do que aquêle mesmo que os flagela no seu próprio habitat originário.

Isto comprova que o problema que se convencionou de qualificar de "problema da sêca do nordeste" não se resume num simples problema de preservação da fome. Na sua complexidade, envolve êle, relativamente às populações a serem socorridas, aspectos outros, tanto ou inais importantes do que o da sua própria existência física.

Se aquilo a que aspiramos é dar-lhe uma solução completa, então graves questões de ordem moral, psíquica e social têm também de ser objetivadas como essenciais a sua integral supressão. Entre elas revestem caráter de emergência sobretudo as que, pela instituição de um regime de maior previsão venham conduzir à gradativa abolição da descontinuidade econômica que, desde o início desta memória, vimos apontando como representando a causa predominante do desequilíbrio econômico.

A circunstância mesma de revestir-se o problema de tão grande complexidade exige que os que sinceramente desejam promover a recuperação nordestina apoiem todos os seus movimentos em um plano em que sejam particularmente visadas as finalidades de aumentar as defesas psicológicas das elites e das massas populares, ao lado da ampliação do financiamento das populações rurais e do desenvolvimento de uma preparação técnica que abrace, não só as atividades relacionadas com a produção, como as que com elas se correlacionem, no terreno da circulação e da distribuição.

Tão importante desiderato não poderá ser logrado sem a instituição de órgãos específicos, como sejam — institutos de pesquisas e organismos de contrôle, que ora orientem, ora presidam o advento das novas práticas a serem estabelecidas.

Medidas de feição puramente ocasional, sem base em dados de conjunto que possam ser utilizados em organizações sistemáticas, jamais poderão levar aos resultados que todos preconizamos.

Nada vale plantar para não colhêr, colhêr para não conservar, ou conservar para não utilizar com inteligência e oportunidade. Em coisa alguma importa dilatar culturas, aumentar rebanhos ou intensificar o povoamento humano, para ver desmoronar-se tudo isto, ao simples evento da suspensão periódica das chuvas regionais.

Eis aí porque, para defini-lo numa frase, poderíamos dizer que o problema do Nordeste é, acima de tudo, um problema nacional que, com a de seu próprio povo, desafia a inteligência e a previsão de toda a raça. Sua falência significa a falência da capacidade dos brasileiros, para construir a própria civilização.

Finalizando, o que nos ocorre proclamar é que não será com expedientes meramente políticos ou burocráticos que colimaremos os objetivos predivisados, senão com medidas que conduzam por u'a maior acumulação de unidade e elevação do nível de preparo geral e técnico a uma radical transformação, quer do meio físico, quer do meio humano.